



Recordações à beira-mar: por uma ética ecológica das narrativas sobre as praias

***Memorias junto al mar:
hacia una ética ecológica de las narrativas de
las playas***

***Memories by the sea:
towards an ecological ethics of narratives
about the beaches***

Eduardo Prado Cardoso
Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal, epcardoso@ucp.pt

Resumo

Contra o princípio norteador da contemporaneidade capitalista ocidental, de uma separação essencial – humanos e natureza, linguagens, grupos – iniciativas como a recuperação das memórias das praias por pessoas mais velhas mostram-se mais que uma alternativa à racionalidade histórica: são atividades que conjugam ética e ecologia para discutir processos da memória como ferramentas de cidadania. Sob essa perspectiva, discute-se o modo como uma prática sociocultural e ecológica realizada em 2023 numa praia portuguesa toca dimensões fundamentais da ética comunitária e preocupada com a inserção dos cidadãos mais velhos, além de revelar percepções do uso da praia marcadas por diferenciações de gênero e classe.

Palavras-Chave: Memória. Ecologia. Praia. Portugal. Ética.

Resumen

Frente al principio rector de la contemporaneidad capitalista occidental, de una separación esencial - humanos y naturaleza, lenguas, grupos - iniciativas como la recuperación de la memoria sobre las playas por parte de las personas mayores resultan ser algo más que una alternativa a la racionalidad histórica: son actividades que combinan ética y ecología para discutir los procesos de memoria como herramientas de ciudadanía. Desde esta perspectiva, discutimos cómo una práctica sociocultural y ecológica llevada a cabo en 2023 en una playa portuguesa toca dimensiones fundamentales de la ética comunitaria y concierne a la inclusión de los ciudadanos mayores, además de revelar percepciones del uso de la playa marcadas por las diferenciaciones de género y clase.

Palavras-Clave: Memoria. Ecología. Playa. Portugal. Ética.

Abstract

Against the guiding principle of the Western capitalist contemporaneity, of an essential separation - humans and nature, languages, groups - initiatives such as the revival of beach-related memories by older people prove to be more than an alternative to historical rationality: they are activities that combine ethics and ecology to discuss memory processes as citizenship tools. From this perspective, the article discusses how a sociocultural and ecological practice carried out in 2023 on a Portuguese beach touches on fundamental dimensions of community ethics and is concerned with the inclusion of older citizens, as well as it reveals perceptions of beach-going that are marked by gender and class differentiations.

Keywords: Memory. Ecology. Beach. Portugal. Ethics.

INTRODUÇÃO

Até mesmo o argumento de que as plataformas digitais contemporâneas ensejam práticas centradas mais na conectividade do que propriamente na conversa humana (Turkle, 2015) muitas vezes se torna eclipsado pelo senso-comum de que a quantidade volumosa de testemunhos fugidios é, ela própria, um atestado de que vivemos em tempos de profundo interesse pela narração da experiência. Mas o acesso aos relatos e a sua quantidade exacerbada não implicam uma oposição entre o número de auto narrativas e a atenção de quem as recebe – como se um gráfico cartesiano pudesse dar as coordenadas do que significa narrar a experiência e fruí-la hoje em dia. Primeiro, porque algoritmos norteiam a coleta de informações e dados para distribuí-los de acordo com parâmetros econômicos, sociais e culturais bastante específicos. Segundo, e ligando-se ao ponto anterior, trata-se de uma estratégia de blindagem retórica que as plataformas têm logrado colocar em prática sem muita resistência: tidas como tecnologias acessíveis, democráticas e incontornáveis, empresas como Google, Meta e Amazon convidam seus usuários a compartilhar relatos e histórias que, por sua vez, retroalimentam os circuitos econômicos de coleta de informação pessoal. Há que se desconfiar, portanto (e tal qual Sherry Turkle) da real proposição dialógica que as plataformas têm

movimentado. Uma lacuna no discurso universalista segundo o qual a abundância de relatos é também qualitativa reside na suposição de que a literacia está na base da formatação epistemológica humana, quando se sabe que a história oral prescinde das tecnologias tidas como essenciais para a existência prática e afetiva no mundo. Mais que isso, a oralidade resiste e demonstra que os seus princípios narrativos e ligados a memórias pessoais e coletivas são necessários para mitigar o isolamento, a solidão e outros corolários das sociedades do excesso e, simultaneamente, do vazio da troca de experiências.

A partir dessa perspectiva das redes sociais enquanto partícipes de práticas que deslocam a convivência para dimensões não-palpáveis, pode-se pensar em como a linguagem digital e tecnológica influi no processo de abstração da experiência. Mas, antes mesmo desse salto cultural amparado nos códigos binários, já se deflagrava (também no nível de uma sofisticada conceptualização) a *separação* entre a experiência subjetiva humana e o seu ecossistema através da linguagem. Nesse sentido, interessa à presente reflexão posicionar as tentativas contemporâneas de resgatar a humanidade inerente às conversas presenciais e aos contatos intergeracionais, precisamente por atravessarmos tempos em que distanciamento e separação são forçadamente naturalizados e até mesmo na linguagem das relações cotidianas o que se convém chamar por “história” (o *story* do Instagram) exprime uma produção digital demasiadamente efêmera e inserida na lógica publicitária.

NO ÂMBITO DA SEPARAÇÃO: A PRIMAZIA VISUAL E A INDIVIDUALIZAÇÃO HUMANA

O desenvolvimento da linguagem não apenas propiciou aos seres humanos fortalecer um senso de comunidade, ao potenciar comunicações, estabelecer hierarquias e estruturas de poder político. É também devedora da linguagem a função cognitiva individual que atribui sentidos ao mundo, ou seja, é fundamentada pela linguagem que a experiência humana coletou, ao longo dos milênios, modalidades de apreensão e compreensão do que significa habitar o planeta Terra. Com a expressão escrita, contudo, a noção de separação entre indivíduo e natureza por meio de uma

tecnologia que ordena as ideias e a verdade chegou a um ponto de não-retorno para as sociedades ocidentais. Isso, pois o comando ordenador do mundo nascido com a escrita é prescritivo, a exemplo do que faz quando prioriza a visão ou quando internaliza a leitura e a torna “individual”. Que esse fenômeno de desenvolvimento da linguagem se dê a partir de uma certa artificialidade não é um problema. Walter J. Ong vê no traço artificial a grandeza das tecnologias criadas pela humanidade – a escrita, em particular, conduziu a uma inflexão da consciência a partir do condão do distanciamento (2002, p. 81). Mas é igualmente razoável destacar-se que a cisão oriunda da prática da linguagem individualizada coordena outros arranjos sociais. Como escreveu Meisner (1991, p. 7),

a escrita parece ter fragmentado a compreensão do eu na comunidade. Uma vez que o pensamento analítico ininterrupto podia agora ser uma atividade solitária, com a pensadora a dialogar na sua mente e com a palavra escrita, havia menos necessidade de interação social.

Assim, a emancipação do eu-crítico num âmbito subjetivo é devedora da linguagem, sim, mas de uma linguagem específica - expressa por tecnologias cada vez mais promotoras do distanciamento elogiado por Ong.

O papel da visualidade nesse processo de escalada tecnológica em direção à individualização foi crucial. Muito antes da monta incalculável de imagens que as práticas digitais proporcionaram a partir do final do século XX, era já a escrita que, por definição, ancorava no sentido óptico a apreensão do conhecimento. Essa abstração da realidade, ao reduzir e até de certo modo reificar os sentidos em combinações de letras, arou um terreno contemporâneo no qual a expressão da consciência a partir da escrita é tida como analítica, objetiva e generalista. Em *The natural alien*, Neil Evernden explicita a importância dada à apreensão visual da experiência humana:

Quando pensamos em realidade, é a evidência da visão que adotamos. A visão, com a sua simultaneidade, neutralização e distância, constitui uma influência única na nossa maneira de pensar. O fato de tudo ser dado simultaneamente e em proporção mútua permite-nos fazer comparações objetivas. Parece, então, que a nossa valorizada conquista, a objetividade, pode não ser tanto uma descoberta ou uma consequência do

pensamento lógico senão o resultado da nossa dependência dum único modo de acesso ao mundo (1999, p. 84).

Decorre dessa mencionada inflexão da consciência humana apoiada na separação (entre seres, entre indivíduos, entre linguagens) e no poder dados às tecnologias de expressão do eu a percepção antropocêntrica do mundo, numa individualização exacerbada e predatória do mundo. Os sentidos de comunidade e pertencimento à natureza passaram a estar condicionados à formulação tão poderosa quanto ilusória de que as nossas expressões linguísticas constituem universos à parte e notadamente hierárquicos. Formações culturais e sociais com diferenciação a partir de marcadores de vários tipos (pode-se pensar em classe, etnia ou gênero) agarraram-se às extraordinárias possibilidades linguísticas para encontrar, simultaneamente, a especificidade e a distinção. Como escreveu Latour, antes mesmo de estabelecer pequenas diferenças e segmentações, a mitologia humana ocidental já consistia em imaginar-se radicalmente diferente (1993).

Não se pode perder de vista a diferenciação de que as línguas escritas ocidentais se valeram para se perpetuar. No seu próprio ensino e disseminação, elas sempre tomaram formas de controle por grupos minoritários - portanto o conceito de uma grande divisão perpassa até mesmo as culturas tidas como letradas: ao deter o conhecimento da escrita, elites das sociedades capitalistas centrais estipularam que a expressão escrita ocuparia o topo da pirâmide sociocultural, e não por um acaso. A possibilidade de escrutínio do discurso humano, isto é, através do distanciamento crítico, favoreceu a cristalização da “racionalidade, do ceticismo e da lógica” (Goody, 1995, p. 37) enquanto processos sociais estruturantes dos modos de viver. Trata-se, portanto, de um racionalismo especialmente inclinado para a abstração do pensamento crítico - que historiciza a sua meta-história enquanto prescreve quais grupos detêm o poder de historicizar. Ora, essa atitude racionalista tem se expressado em várias esferas da vida capitalista ocidental: no individualismo liberal de mote autossuficiente, na proliferação de guetos e guerras forjados pelas elites detentoras do dito conhecimento científico, e na ação extrativista e diversas vezes destrutiva dos ambientes naturais e originários do planeta.

Se há verdade numa separação precípua, entre humanos e o seu meio ambiente, fundamentada na capacidade biológica humana de manifestar a consciência na criação da cultura, há que se celebrar essa capacidade baseada na alteridade e na diversidade. Afinal, pode-se encontrar sentido e comunhão nas sociedades e nas particularidades das comparações. Contudo, muito se explica da presente incapacidade de se coabitar e respeitar os ciclos e necessidades ecológicos por ser a lógica racionalista tão eficiente em criar hierarquias de todos os tipos. O que se segue vem a partir dessa prerrogativa de que as linguagens digitais nada mais fazem do que perpetuar a cisão proposta pela escrita e por uma proposta individualizante do mundo. Uma das soluções para dirimir essa separação essencial é apostar na recuperação das histórias e dos testemunhos orais, a partir da valorização da conversa e das memórias ecológicas, históricas e geográficas.

A PRAIA: UM ESPAÇO DE SEPARAÇÃO OU COMUNHÃO?

Como pensar as cidades e os espaços públicos, as praças e as praias através de ferramentas engajadas com a sustentabilidade dos nossos meios naturais, além do bem-estar da coletividade humana? Este desafio dialoga diretamente com a separação discutida anteriormente. Afinal de contas, a aceleração de um processo radical de individualização nas sociedades do capitalismo avançado vem fortalecendo mais do que nunca o isolamento, em favor de uma abstração supostamente emancipatória e que interconecta o globo. O paradoxo da transmissão de conhecimento que empobrece a vida social se explica pela ambiguidade racional de várias das práticas digitais: a promessa de conexão multiplicada sequer oculta a intenção autonomista de se consumir e multiplicar dados e histórias no silêncio do computador de uso pessoal. Mas de que serve o acúmulo de conhecimento às sociedades contemporâneas, mesmo que em formato de relatos digitais – em outras palavras, acessíveis, espalháveis e diversificados? Deveria estar em causa o propósito da narração da experiência na modalidade digital, tantas vezes enraizada no falso diálogo e que faz prosperar a dessensibilização em relação à violência e à existência divergente. Quando a razão da produção de histórias e conhecimento histórico passa a ser o valor de troca típico das sociedades de capital financeiro especulativo, o

motor de busca, troca e chegada do conteúdo é nada mais que publicitário. Narrar a vida em comunidade fora dessa lógica perversa implica reconhecer que os ganhos de compreensão sobre as vidas das pessoas nem mesmo se interessa pelo aspecto econômico das trocas, senão na aprendizagem mais ampla sobre os nossos costumes e problemas que ainda enfrentamos. Uma atitude crítica e interessada na vida em comunidade deve estar atenta a como outros tipos de conhecimento e de percepções individuais podem contribuir para perceber o mundo à nossa volta e construir futuros mais humanos e ecológicos.

Uma iniciativa realizada em Portugal, nos dias 19 e 21 de setembro de 2023, merece ter os seus procedimentos analisados com mais cuidado, por seus achados e possíveis consequências estarem inseridos numa ecologia crítica alternativa à digitalidade ensimesmada. Promovida pela SOMAR (associação sem fins lucrativos de conservação biomarina e acústica) e com o apoio da Câmara Municipal de Lagos e da Santa Casa da Misericórdia de Lagos, “Recordações à beira-mar” reuniu cidadãos seniores de lares de Lagos (na costa algarvia), para conversar sobre suas memórias relativas à história e à geografia do seu concelho. Na fortaleza da Praia da Luz, e, portanto, com uma visão privilegiada da praia e do oceano, sete idosos em cada um dos dias de atividade foram convidados a observar fotografias antigas das praias de Lagos. Como objetivo, dar a conhecer o trabalho da associação e incluir os moradores dos lares na discussão ecológica da cidade, que inclui as mudanças perceptíveis no ambiente. A estratégia escolhida envolveu debater lembranças relativas ao local, ao oceano e aos elementos da vida que “passou”, mas mantêm-se presentes de alguma maneira em seus corpos e espaços habitados. As fotografias, encontradas em acesso público na Fototeca Municipal de Lagos, foram retiradas do que é compreendido enquanto arquivo histórico da cidade para praticar o que se constitui numa ética ecológica da memória urbana. Etimologicamente, os “costumes e hábitos” da ética de um povo relacionam-se diretamente a um local específico, a casa, o *oîkos* grego. Por isso, a escolha por confrontar as fotografias de sítios conhecidos com as memórias pessoais e coletivas esteve pautada por um olhar ecologicamente crítico da história. Para esta atividade, interessava localizar as pessoas e a sua ética a partir do que elas gostariam de exprimir oralmente. Esta história das tradições é tão ou

mais importante para se compreender a “casa” em que se vive do que os registros escritos e oficializados pelas instituições. Por um lado, retomam a máxima do fazer ecológico: fazer por quem e para quem? Por outro, centralizam a troca humana, a revelar valores sentimentais (e não puramente científicos, racionais) atribuídos à casa, ao passado, às tradições. Além disso, incorporam um fazer narrativo presencial, na própria praia que discutem – isso não é casual e encarna a ideia de que a ecologia e o contar de histórias partilham de propriedades sensoriais largamente ignoradas¹.

O que se ouviu, de imediato, quando as participantes foram convidadas a dizer o que lhes vinha à mente ao ver as fotografias (que possuíam legendas, como se vê no exemplo abaixo) foi uma série de detalhes sobre a geografia urbana da zona costeira, como “na avenida onde se viam os barcos não havia muro nem paredes, não havia nada”.



*Figuras 1 e 2: Participante da atividade interpreta fotografia. Lagos, Portugal, 19 set. 2023.
Fonte: SOMAR.*

¹A fala é transportada para o ar na nossa respiração. Quando você fala comigo, parte da sua respiração entra em meus pulmões, assim como a minha entra nos seus, e o som das suas palavras vibra no meu corpo, tornando a narração de histórias uma experiência íntima e sensorial (Nanson, 2021, p. 26).



Figura 3: Esquadra na baía de Lagos, cerca de 1903, Lagos, Portugal. Fotografia de António Crisógono dos Santos. Fonte: Fototeca Municipal de Lagos.

Os índices comparativos colocados em questão fizeram do exercício algo menos circunscrito à objetividade fotográfica e mais poroso no envolver da descrição do espaço através do tempo. Isso fica saliente quando a senhora, a dada altura, diz que “as árvores ainda lá existem”, ao se referir à baía de Lagos. Ora, trata-se de uma fotografia do início do século XX, e muito possivelmente as árvores a que se refere podem nem mais lá estar fisicamente. Mas se a sua memória rastreou uma permanência arbórea nesta região, significa que a geografia urbana que a atividade se propõe a compreender especifica, de fato, qual é o cais dos tempos da narradora até o cais dos dias atuais, numa presentificação importante do que se percebe como fato histórico.

Em outra ocasião, o estudo da ética por meio do exercício mnemônico revela com ainda mais força as relações entre a casa (pensada como a natureza) e os costumes sociais no Algarve. Questionadas sobre o que percebiam na fotografia “Uma festa na baía”, que segundo a Fototeca de Lagos descreve um “evento festivo na baía, registrado a partir da Praia da Batata”, as participantes Dorília e Emília trouxeram contributos surpreendentes.

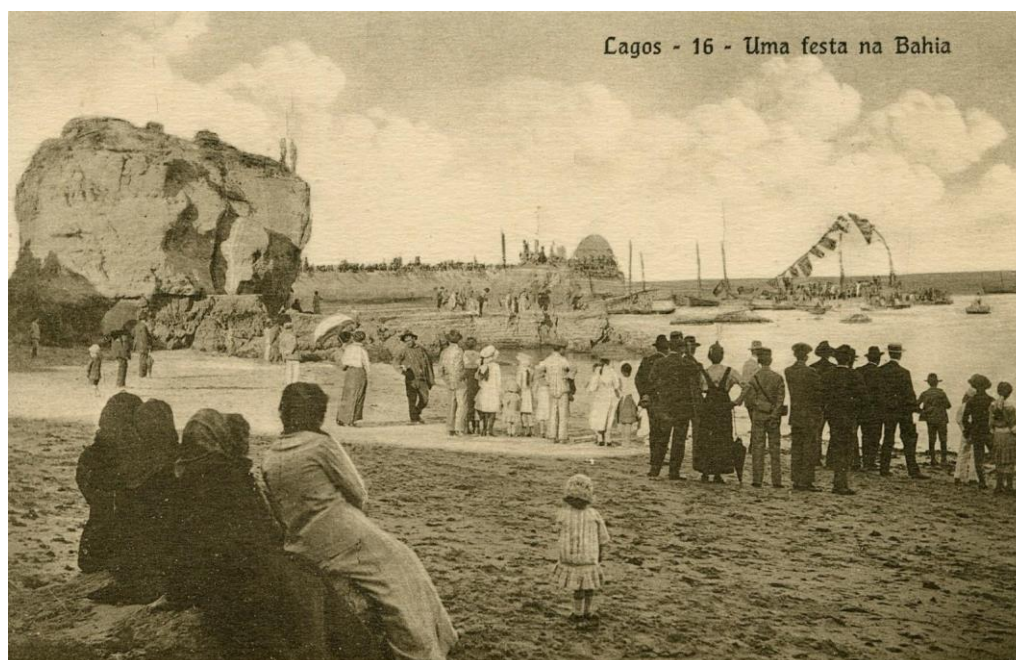


Figura 4: Uma festa na baía, cerca de 1919, Lagos, Portugal. Fotografia de António Crisógono dos Santos. Fonte: Fototeca Municipal de Lagos.



Figura 5: As participantes Dorília e Emília em Lagos, Portugal, 19 set. 2023. Fonte: SOMAR.

Emília elaborou o momento registrado a partir da seguinte fala:

Isto eram os marinheiros que abalavam pa' Groenlândia e por aí afora, na América. E vinham se juntar na baía, que era pa' falarem, a que horas iam-se embora pa' vida deles de trabalho – que levavam lá seis meses, depois arranjavam o bacalhau pa' pôr ao sol, e ir secando [...] para depois ir pa' os lugares em que era vendido. Depois arrancavam àquela hora e já iam com os barquinhos deles (Emília, na atividade de 2023 da SOMAR).

Observa-se a partir de sua memória como o trabalho pesqueiro interage com o hábito da vida praieira como um todo, e o evento relacionado à baía reconstrói as figuras que Emília viu durante a vida, em locais específicos², a conversar antes de abalar (zarpar) para o oceano. No entanto, uma outra faceta, evocada pela visão dos homens à beira-mar, despertou outro tipo de rememoração, agora mais condicionado ao papel social das mulheres algarvias.

Dorília destacou que o acesso ao mar era restrito aos homens; as mulheres “só molhavam os pés. Não havia fatos de banho. Os meninos podiam, as meninas não. Os meus irmãos sabiam todos nadar, os meus filhos também sabem, o meu marido também sabia”. Ao que Emília complementou:

e se a gente calhasse de dar uma volta para os lados da Arrifana, iam a banhar as mulheres e tínhamos que pagar para estar ali naquele espaçozinho para se ver. Porque senão não tinha-se autorização para o lado de lá. Não deixavam. Mesmo a autoridade ia castigar quem se punha lá a se lavar sem fato, sem nada.

Dorília então compartilhou: “eu tinha uma amiga que o banho dela era jogar assim a água por cima e pronto”.

Surgida de um diálogo com uma das fundadoras da SOMAR, esta conversa esteve permeada de interpelações como “só os meninos podiam?”, a enfatizar a surpresa

² O processo mnemônico a todo tempo conjuga variações de tempo e espaço. A fotografia evoca uma situação que logo é tomada para a experiência da mulher. Assim, Lagos ganha contornos próprios à sua vivência. Não há Lagos, afinal, se não for a Lagos das pessoas: “A cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada” (Pesavento, 2007, p. 15).

com a diferença entre os costumes da época em que Dorília e Emília eram mais jovens e as práticas de 2023, quando o banho marinho é menos restrito. Dois aspectos fundamentais precisam ser discutidos à luz dessas conversas, e ambos se interligam no que constitui uma ética da praia algarvia na primeira metade do século XX: o primeiro diz respeito ao gênero das cidadãs, o qual imediatamente deslegitimava o banho de mar em comparação aos homens. Como se pode reparar na fotografia, não é que não haja mulheres próximas da água, mas provavelmente o que incitou a discussão sobre essa separação foi o grupo feminino que observa à distância, no canto inferior esquerdo do quadro. O segundo aspecto relaciona-se à segmentação de classe, algo que não fica exatamente nítido na fala das mulheres, mas que se apreende quando feita uma análise sobre os discursos sobre a praia encontrados na imprensa.

A fotografia “Uma festa na baía” foi publicada em 14 de julho de 1919 na revista *Ilustração Portuguesa*, uma edição semanal do jornal *O Século* (hoje disponibilizada pela Hemeroteca Digital de Lisboa). Parte de uma matéria intitulada “Lagos: a terra do maio” (1909), essa composição de António Crisógono dos Santos foi acompanhada da seguinte legenda: “Em Lagos: um aspeto do movimento da praia por ocasião duma festa náutica realizada na baía”. As reportagens da *Ilustração Portuguesa* sobre as praias portuguesas narravam a vida costeira com exotismo e romantismo, ambientando o acesso às praias invariavelmente por um ângulo privilegiado economicamente. Nesta mesma matéria, na página 22, a descrição sem autor inicia-se com “O dia 1º de maio é uma das festas mais características do nosso lindo Algarve, principalmente de Lagos. É o dia em que toda a gente debanda para as praias e para os campos”. A mesma revista, no número 708 (setembro de 1919), exibiu em uma reportagem de título “As praias” o que seriam as características de uso e fruição desses espaços em Portugal, especificamente na Figueira da Foz:

Prossegue cheia de animação a vida nas praias. Após alguns dias de amena temperatura, voltou o calor e tudo leva a crer que se prolongue pelo mês de setembro a estação calmosa. Nas cidades, a vida torna-se monótona, falha de atrativos e, por isso mesmo, as praias são o refúgio daqueles que buscam novas impressões, caras diversas e outras paisagens, onde a vista se alonga até muito longe, na amplidão do mar, liberta do horizonte acanhado e banal dos quarteirões da cidade. E depois o imprevisto do

costumado flirt, para as meninas solteiras, os pequeninos escândalos do pôr do sol, debaixo das barracas, os ditos de espírito, as festas de caridade, os chás-concerto... Tudo isto prende, durante a quadra estival, essas cabecinhas de vento, que levam a vida a construir castelos de ilusões e a discutir as últimas modas de Paris (AS PRAIAS, 1919, p. 201).

Acompanhando o texto, fotografias exibem rapazes e raparigas banhando-se no mar, divertindo-se. A reportagem deixa clara uma diferença básica de acesso às praias: os veraneios e passeios que as elites portuguesas desfrutavam no início do século não impunham (de acordo com as fotos) a mesma restrição ao mar mencionada por Emília e Dorília – no entanto a escrita jornalística é inequívoca na marcação de gênero ao descrever o que dizia ser comum às mulheres que frequentavam a Figueira da Foz, e ainda especula de modo categoricamente sexista sobre a experiência feminina na praia. Acresça-se a esta dimensão altamente segregada das classes populares portuguesas o fato de que, entre 1911 e 1920 cerca de 70% da população não era alfabetizada, de acordo com números oficiais (Candeias e Simões, 1999), e o que se pode inferir da descrição da Ilustração Portuguesa feita para uma parcela ínfima da população na época mencionada é que a experiência litorânea para as elites equacionava a vivência nas praias com as férias, com um refúgio e uma descrição idealizada e sectária da vida em sociedade e da relação com a natureza. Portanto, ao revelarem, enquanto mulheres parentes ou pessoas próximas dos pescadores, que havia um outro tipo de fruição da praia, Emília e Dorília contribuem para uma descoberta da vida em Portugal que é mais complexa do que a descrição feita pelos jornais do início do século. A marcação de gênero afetava-as de modo especificamente dramático, quando se admite que mesmo as cidadãs habitantes da costa portuguesa não tinham livre acesso ao banho de mar por serem mulheres. O que a justaposição das descrições na imprensa da vida praiana e os relatos das mulheres mais velhas provoca é uma reflexão sobre a ética da casa supostamente comum e aberta à troca que é a praia: altamente impactadas por conceitos morais do que permite ou não o acesso ao mar, as práticas litorâneas inferem que gênero e classe moldaram as vidas das mulheres portuguesas de maneira enfática.

Um último ponto que surgiu da conversa com as mulheres residentes do lar de idosas resvala mais uma vez nas tradições portuguesas, desta vez com destaque para o

papel da memória coletiva em preservar o conhecimento e criar vínculos comunitários. Ao observarem a fotografia de Crisógono dos Santos (que supostamente narra um “evento náutico”, como descreve a sua legenda), as mulheres nomearam a festividade como *Banho 29*, um costume anual do Algarve que remonta a práticas centenárias na região. De acordo com uma notícia de 2017 do site oficial da Câmara de Lagos,

O banho 29 é um misto de tradição folclórica e de ritual transmitido de pais para filhos com a crença que o banho daquela noite vale por 29 banhos. As suas origens são incertas. Quer provenientes de épocas muito antigas e ligadas aos ritos de fim do Verão, quer resultantes da herança árabe, o costume manteve-se. As gentes dos campos já não vêm em grupos animados, com os seus burrinhos e carroças, mas os locais continuam a cumprir a tradição. Hoje, são grupos de jovens, mais foliões e menos rituais, que aproveitam essa noite para assar chouriço e contar histórias à volta de uma fogueira. À meia-noite o momento do banho leva muitos ao mergulho nas águas fugazmente iluminadas pelos clarões do fogo-de-artifício (CM-LAGOS, 2017, s/p.).

As fontes escritas de descrição dessa tradição são escassas. Em 1946, Fernando Calixto escreveu na revista Portuguesa de Arte e Turismo:

Mais ao sul, no pitoresco ancoradouro de Porto Covo - fraga rochosa aberta nesta costa de areia - algumas dezenas de pescadores, em frágeis batéis, afrontam heroicamente a braveza do mar. Ainda mais a sul, encontra-se a Ilha do Pessegueiro, também conhecida por ‘Ilha de Dentro’, para se diferenciar da ‘Ilha de Fora’[...] Este sítio é o ponto principal de peregrinação no dia do Banho 29. A 29 de Agosto, todos os anos, camponeses das proximidades descem dos montes do Cercal, das serras de Santiago e da planície da Ortiga e vêm banhar-se nas águas do Oceano em manifestações de regozijo. Nesse dia tomam os 29 banhos - 29 certos, e não 28 ou 30 - como se se tratasse de um remédio ou preceito religioso (p. 75).

Na memória de um evento que cria relações com o mar, persistiram para as mulheres narradoras em 2023 a noção de coletividade de um povo expressa numa “festa”, numa ocasião especial. Essa característica é especialmente interessante quando se considera a fonte de conhecimento não-escrita, e, portanto, alternativa aos modos tratados anteriormente, de busca racional e visual de explicação da realidade. A interpretação das fotografias pelas mulheres em “Recordações à beira-

mar” frutificou uma noção de tempo ampla e nada circunscrita aos códigos de uma verdade tida como histórica e objetiva. Note-se que a evocação das práticas dos pescadores, dos banhos femininos restritos e do *Banho 29* correlacionaram memórias pessoais a partir de índices visuais, sim, mas com a abrangência necessária para qualificar experiências de temporalidades alternativas. Isso se dá, por um lado, pelo uso do dispositivo autobiográfico rememorativo, para o qual os critérios de correção e precisão flutuam (Bruner, 1987) e, por isso mesmo, revelam tanto das formações narrativas que carregam significados para as mulheres participantes: importava debater a tradição festiva, o trabalho, e acima de tudo uma ética do acesso e da fruição do espaço da praia. Por outro lado, a alternativa de conhecimento não-escrita possui a porosidade necessária para abarcar tradições, costumes e hábitos de uma ou várias vidas inteiras. Como teorizou Leda Maria Martins, através da concepção não-ocidental e não-cartesiana de um tempo espiralar é possível interpretar-se um processo de “rememoração e devir simultâneos” (2021, p. 31), e por isso Dorília e Emília inserem a ética litorânea que experimentaram em primeira pessoa nos tempos de agora (com o distanciamento de décadas) e contribuem para um pensamento sobre a casa comum claramente atento a categorizações específicas de gênero e classe.

O trabalho ecológico com base nas rememorações das pessoas mais velhas (e especificamente as institucionalizadas) não tem apenas o papel de integrá-las por meio da escuta ativa e do diálogo franco. Na realidade, exercitar esse pensamento crítico sobre as relações das comunidades com o meio-ambiente desvela a função primordialmente ética que norteia as nossas memórias. Em *A memória, a história e o esquecimento* (2007), Paul Ricoeur examina várias propriedades narrativas da memória, e entre as suas hipóteses está a de que a moralidade exerce uma influência significativa sobre elas. Isso fica evidente quando as dimensões éticas da vida portuguesa na praia ressaltam, através dos excertos autobiográficos expostos, que marcas de gênero e classe circunscreviam as vidas de Dorília e Emília. Só é possível se pensar numa ecologia crítica (ou seja, que valorize o futuro da humanidade em uma possível harmonia com a natureza) se a história do local (Lagos, e mais amplamente Portugal) for cogitada a partir de eixos múltiplos e complementares – e não apenas

de acordo com as narrativas contadas a partir do arquivo escrito. À memória de um povo pode-se conscientemente atribuir o adjetivo cidadã (Vaquinhas, 2018) quando ao menos os objetivos das ações propostas para o espaço público visam mais equilíbrio, sustentabilidade e comunhão.

Ao propor um manejo do arquivo verdadeiramente vivo que é a fototeca, a atividade discutida neste trabalho possibilitou uma alternativa às inúmeras narrativas digitais atomizadas e individualizantes, por ter se provado prática, de fácil execução e com impactos imediatos na criação de laços entre cidadãos da comunidade. Criando sentidos mnemônicos, sociais e culturais ao descrever as fotografias e conversar sobre o que lhe ocorria, o grupo português viabilizou ao menos dois notáveis acontecimentos: o primeiro é o de concretizar, pela própria natureza da atividade, uma ocupação do espaço da praia por cidadãos que o reconhecem e por ali passaram, mas que hoje não necessariamente o fazem pela reclusão imposta ou naturalizada socialmente. Se há fragilidades relacionadas à mobilidade, por exemplo, isso não deveria interditar cidadãos seniores de circular pela cidade e conviver. Essa ação, por mais simples que pareça, mitiga os efeitos nocivos da atomização social que a internet facilita: cada qual no seu computador pessoal, compartilhando e consumindo muitas histórias e narrativas, mas relacionando-se cada vez menos, sem o cara a cara e o olho no olho.

Além disso, ao recuperar o arquivo nesse contexto específico, os participantes submeteram a verdade fotográfica histórica e racionalista a um escrutínio de consequências verdadeiramente radicais: os achados factuais e pessoais ali debatidos são testemunhos ricos sobre a transformação das praias, sobre as distinções de classe e gênero, e sobre a sobrevivência das tradições. O *Banho 29*, por exemplo, persiste não apenas no imaginário que o turismo da região algarvia promove; ele revisa as memórias a partir da visualidade interiorizada (e comparativa), informando o mundo da gente que ainda segue os ritos ligados às praias portuguesas. Roland Barthes, no seminal *Camera lucida* (1981, p. 34), aborda um dos grandes impasses da fotografia, o de apenas conseguir significar algo geral através do uso de uma máscara - ou seja, ao conter índices sociais e históricos específicos que perfazem aquele registro enquanto um produto do seu tempo. O que se observou pela maneira como

as mulheres portuguesas interpretaram a praia por um ângulo da tradição, isto é, concatenaram a legenda que incluía a palavra festa, a disposição dos corpos virados para o mar, os detalhes excepcionais que não se observam rotineiramente e qualificaram o evento descrito enquanto *Banho 29*. Este exercício de rememoração partilhada é, por isso, essencialmente gerador de significados e sentidos – primeiramente pessoais, depois comunitários e por fim, sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se, atualmente, uma crise ecológica (e necessariamente humana) de múltiplas reverberações, mas com algo em comum: a racionalidade ocidental, embora colha seus frutos tecnológicos e consiga observar-se a si própria enquanto agente histórico, pauta-se na separação primordial entre humanidade e natureza, entre linguagens e mesmo entre grupos. Ora, uma das consequências diretas dessa noção de segregação do indivíduo em relação ao mundo é o enfraquecimento da empatia com a figura do outro. Narrativas pessoais que abundam na internet muitas vezes estão colocadas num vazio reflexivo e sem promover qualquer diálogo, promovendo percepções autossuficientes da múltipla experiência de estar na Terra. Não à toa, a criação de sentido comum entre sociedades encontra tantos obstáculos irracionais: empresas que exploram os oceanos sem considerar a pesca milenar, ou gerenciamentos costeiros que ignoram o conhecimento de famílias que habitam os locais há séculos. Quando se procura por sentido na vida enquanto experiência puramente individual e dissociada de todas as outras pessoas, o resultado é a realização do mais completo absurdo (Elias, 2001), que facilmente incorre na destruição ou no abuso dos recursos naturais.

Nas regiões costeiras, é crucial narrar a história das praias sem recorrer a essa lógica predatória e também elitista, que desconsidera as tradições orais ao descrever o mundo. Um caminho positivo de aproximação das temporalidades fugidias à escrita (que, como se viu pela revista *Ilustração Portuguesa*, é reducionista e problemática) é o encontro com histórias contadas por pessoas mais velhas. A atividade promovida pela *SOMAR* em 2023, na praia da Luz do município de Lagos, exemplifica a

possibilidade de uma “rememoração como função social”, como colocou Ecléa Bosi (2006, p. 63). A autora se referia ao modo como pessoas idosas podem, se assim quiserem, desempenhar um papel transformador na sociedade ao ligar gerações. Quer pelo distanciamento crítico, quer pela presença em templos múltiplos, as cidadãs mais velhas confrontaram fotografias arquivadas e abriram a possibilidade de explorar fendas valiosas no estudo do presente: a fruição das praias é pensada a partir do gênero? E quanto à classe? A praia da Luz está aberta a vários segmentos sociais? A questão do trabalho pesqueiro é ainda informada por uma segmentação entre homens e mulheres? Qual é a consequência da apropriação do *Banho 29* pela retórica turística no Algarve? Essas são questões que podem orientar um pensamento atual sobre o uso e fruição do ambiente praieiro de modo comunitário e integrando importantes elementos da vida algarvia. Uma ética da memória que produza uma consciência crítica do contemporâneo (Ribeiro, 2015) pode, sim, ser ecologicamente sustentável - por considerar que as pessoas mais velhas são parte essencial da transmissão de conhecimento, tradições, e de novas miradas sobre o contato com os mares e oceanos; por centralizar as cidadãs em situação fragilizada na participação social e, finalmente, por considerar que a comunhão, e não a separação, está na base de uma experiência humana preocupada com o futuro.

Há que se agir diante de um mundo cada vez mais acelerado, dividido, solitário e baseado no descarte irracional – de produtos, histórias e ideias. A população idosa institucionalizada não pode ser compreendida apenas como vítima desse estado de coisas: ela deve ser parte fundamental da ação política e da ação social, especialmente a partir de proposições ecológicas para as praias de Portugal e além. Como escreveu Susan Sontag já em 1972, “a reavaliação do ciclo de vida em favor da juventude serve brilhantemente a uma sociedade secular cujos ídolos são a produtividade industrial cada vez maior e o canibalismo ilimitado da natureza” (p. 286). Já que esses são aspectos conexos das sociedades ocidentais obcecadas com a eficiência e a produtividade, é salutar a prática da convivência interessada nas ideias e tradições que perpassam diferentes temporalidades e grupos, que envolve a comunidade e que valoriza sobretudo a partilha oral, pessoal e com os pés na areia.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BARTHES, Roland. *Camera lucida: reflections on photography*. New York: Hill and Wang, 1981.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 13 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, v. 1, n. 17, p. 163-194.
- ELIAS, Norbert. *The loneliness of the dying*. New York: Continuum, 2001.
- EVERNDEN, Neil. *Natural alien*. 2nd ed. Toronto: Toronto University Press, 1999.
- GOODY, Jack. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- LATOUR, Bruno. *We have never been modern*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MEISNER, Mark. Words and worlds: language and the perceived separation of humans from nature. *Undercurrents*, Toronto, v. 3, p. 3-11, 1991.
- NANSON, Anthony. *Storytelling and ecology: empathy, enchantment and emergence in the use of oral narratives*. London: Bloomsbury, 2021.
- ONG, Walter J. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. 2nd ed. New York: Routledge, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.
- RIBEIRO, António Sousa. Memória. In: ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate. (org.). *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2015. cap. 4, p. 81-94.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SONTAG, Susan. The double standard of aging. *Saturday Review of the Society*, v. 39, p. 285-294.
- TURKLE, Sherry. *Reclaiming conversation: the power of talk in a digital age*. New York: Penguin Press, 2015.

VAQUINHAS, Irene. Memória e história das mulheres e de gênero: uma reflexão a partir do caso português. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire. (org.). *Memória coletiva, memória individual e história cultural*. São Paulo: Verona, 2018, p. 98-129.

Fontes eletrônicas e sites

AS PRAIAS. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 15 de setembro de 1919. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ilustracaoport/1919/N708/N708_item1/P3.html. Acesso em: 11 out. 2024.

BRUNER, Jerome. Life as narrative. *Social Research*, v. 54, n. 1, p. 11-32. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40970444>. Acesso em: 11 out. 2024.

CALIXTO, Fernando. A pousada de Santiago do Cacém - Alentejo. *Panorama - Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. 1946. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Panorama/N27/N27_master/Panorama_N27_1946.PDF. Acesso em: 11 out. 2024.

CM-LAGOS. *Lagos revive FESTA do BANHO* 29. 2017. Disponível em: <https://www.cm-lagos.pt/municipio/noticias/3714-lagos-revive-festa-do-banho-29>. Acesso em: 11 out. 2024.

LAGOS – A TERRA DE MAIO. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 14 de julho de 1909. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1919/N699/N699_master/N699.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

Fonte das iconografias

SANTOS. *Baía*. 1903. 1 ilustração. Disponível em: <https://fototeca.cm-lagos.pt/antigas/esquadra-na-baia-de-lagos-2>. Acesso em: 11 out. 2024.

SANTOS. *Uma festa na baía*. 1 ilustração. Disponível em: <https://fototeca.cm-lagos.pt/antigas/prai-da-batata-uma-festa>. Acesso em: 11 out. 2024.